

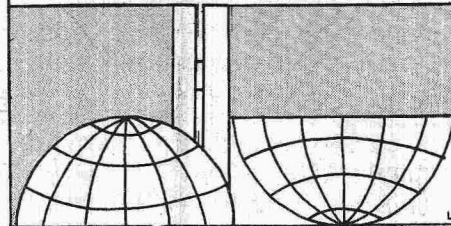
Constituintes querem fazer política externa

Candidatos de Brasília acham que a dívida é também um problema do Legislativo

Maioria dos candidatos à Constituinte por Brasília defende uma melhor divisão de poderes na nova Constituição com relação à condução e execução da política externa brasileira. Mesmo com ideologias diferentes, os diversos partidos comungam soluções semelhantes sobre o pagamento, ou não, da dívida externa, acreditando que sua reavaliação deve passar, necessariamente, pelo Congresso Nacional. De modo geral, eles concordam que é preciso haver uma redistribuição dos poderes e acham que na futura Constituição, a política externa terá que ser, também, conduzida pelos representantes do povo.

O CORREIO BRAZILIENSE ouviu vários candidatos sobre es-

POLÍTICA EXTERNA NA CONSTITUINTE



te tema e constatou que alguns deles preferem deixar as reflexões "para depois das eleições", caso sejam eleitos.

A seguir, os depoimentos dos candidatos localizados pela repórter Elza Martins, da Editoria Internacional.

"MELHOR DIVISÃO DE PODER"

Osório Adriano - (PFL) — A questão da política externa deve passar pelo Congresso Nacional. A comissão de Relações Exteriores deve dar o seu parecer que passará também pelo plenário. É importante a aprovação nas duas Casas, o que tem a vantagem de tirar um pouco a responsabilidade do Executivo. Com esta atitude o Congresso assume uma parcela da responsabilidade, por exemplo, da dívida externa. Nós não devemos deixar de cumprir os nossos compromissos.

Lauro Campos (PT) — Existe muito pouca participação do Congresso nas questões relativas à política externa. Em 1983 eu fiz um depoimento sobre a dívida externa, de 178 páginas, e sou atualmente pelo não pagamento desta dívida. Devemos, no Congresso, impedir que medidas importantíssimas sejam praticadas por decretos-lei. Deve-se mudar a competência entre os poderes e distribuí-la melhor, fazendo com que pelo Congresso passem as grandes decisões. Seria preciso criar um órgão como um tribunal de contas, semelhante ao que existe na Alemanha.

Pompeu de Souza - (PMDB) — A representação popular deveria estar com a Câmara e a representação da federação com o Senado. Existiria uma co-responsabilidade na formulação e na condução da política externa. A convenção do PMDB elaborou um decálogo que foi aprovado por aclamação. Deste decálogo existiam dois itens que discutiam a política: O terceiro que prevê a implantação institucional e política de um regime de relações internacionais que assegure a plena soberania política e econômica do Brasil em seu relacionamento com nações e povos do mundo, respeitando, rigorosamente, em todas as instâncias internacionais, o

princípio da autodeterminação e da não intervenção nos negócios e instituições políticas e econômicas soberanas de todos os países, assim como a paz mundial e preservação dos artefatos militares atômicos.

O item quarto, fala em adoção de uma conduta de recusa ao pagamento da dívida externa com qualquer margem de sacrifício à economia nacional e às condições de vida do trabalhador brasileiro.



Arlete Sampalo (PT) — Defendemos a posição de que o Congresso Nacional deve ter a possibilidade de decidir sobre os empréstimos e negociações externas que o Brasil venha a fazer. O poder Legislativo deve ter um lugar de expressão na definição de nossa política externa, seja em assuntos econômicos ou políticos. Romper relações com países como a África do Sul e defender a soberania dos povos nicaraguenses. O PT é partidário da autodeterminação dos povos. Se os brasileiros não se interessam por este tema é porque os políticos não levam o debate ao povo e preferem tê-los inconscientes quanto ao que se passa com o País nas suas relações com os outros povos.

Maurício Correia (PDT) — Nós defendemos a total soberania dos povos e sua autodeterminação. Defendemos ainda a abertura do nosso comércio ao

Leste Europeu como uma forma de ampliação do mercado. A política com o FMI deve ser repensada sobretudo quanto à forma. O pagamento deve ser feito de acordo com nossa exportação. Se conseguíssemos entrar num acordo, tudo bem, senão a solução seria, no caso, a moratória. Minha opinião pessoal é de que as Forças Armadas devem limitar-se à sua função institucional, que é a defesa de nossas fronteiras e da nossa soberania. Não deveriam se imiscuir nas questões políticas internas. Este conceito a Constituição deveria modificar.

Maerle Lima (PMDB) — Depois do Golpe de Estado, o Congresso Nacional perdeu sua autonomia. Ele não pode opinar sobre o relacionamento com os outros países nem dar seu aval aos acordos. Um exemplo é o acordo Nuclear Brasil-Alemanha que, quando se soube, estava já concluído. A autonomia do país depende da independência do Congresso. É preciso que se instaure uma nova ordem econômica e social.

Pitanga Seixas (PDS) — Nos últimos anos, em face ao crédito do poder Legislativo os poderes do Executivo se agigantaram muito. Consequentemente a democracia representativa cede lugar à prepotência do Estado. O presidente da República concentra um poder muito grande de decisão em tudo que se relaciona com atos da política externa ficando o Congresso impedido de orientar e avaliar o governo brasileiro em suas relações com outros países. Eu acho que a Constituinte deveria resgatar esta competência do Congresso.

Eu acho que o povo brasileiro é alheio a todo processo de participação política, sobretudo de política externa que é um processo mais refinado de participação.

Beto Almeida (PSB) — A concentração de poderes nas mãos do Presidente é negativa para o País. Seria necessário que as comissões do Senado e da Câmara contassem com uma maior participação da sociedade organizada. Não basta que ela tenha poder, mas que a sociedade seja ouvida nos assuntos internos e externos. Os acordos desta dívida deveriam ser públicos e contar com uma ampla discussão no Congresso Nacional. Várias entidades representativas também deveriam ser ouvidas. Até agora os acordos feitos foram todos à revelia do povo.

Maria Laura (PT) — Acho que o povo deve ter soberania e autonomia para decidir sobre sua economia, cultura e suas relações com os outros países. No Brasil, a concentração de poder no Executivo fez com que a maior parte dos acordos políticos e econômicos ficassem sob a tutela do Presidente. Destaco aí os acordos com o FMI onde o Congresso não foi ouvido. Nós do PT, defendemos uma política de restrição com países que infringem os direitos humanos, como no caso do Chile, e por isto queremos resgatar o poder de decisão do Congresso Nacional.

Eu acho que o fato do povo brasileiro se desinteressar pela política externa está relacionado diretamente com o poder político que nestes vinte anos negou a participação popular. Na medida em que a gente chama o povo a participar e a fazer sua própria história ele começa a se interessar. É preciso mostrar que a miséria tem a ver diretamente com um contexto da economia mundial, basicamente a economia capitalista que dita as regras do jogo do mercado e dos mecanismos financeiros. Na medida em que você abre a discussão com a população populariza as questões de política externa, esta população pode entender que não vivemos numa ilha e que existe uma relação econômica e política com o resto do mundo.

Eurides Brito (PFL) — "Sobre este assunto eu vou falar como cidadão porque eu não encarno nenhum pa-

"EM DEFESA DA SOBERANIA"

pel antes de realmente ser. Acho que qualquer nação que pretende ser democrática observa o bom relacionamento entre os poderes guardando a sua interdependência entre os poderes. As grandes questões do País precisam ser analisadas pelos três poderes no que lhes diz respeito. Sobre a política externa o Congresso Nacional precisa ser ouvido. Eu sou a favor de relações com outros países, mas sempre com o cuidado para não exercermos qualquer tipo de ingerência nos mesmos. Assim como não devemos aceitar ingerências nos nossos assuntos. Agora, ditar o que deve ser ou não, feito em termos de política externa é, realmente, tarefa do poder Legislativo."



Luiz Manzolillo (PSB) — Sou a favor de que o Congresso Nacional, como um todo, e o Senado, em particular, tenham uma participação bem maior do que a atual nas questões referentes à política externa. O presidente Sarney é atualmente um legislador, pela Constituição. Por isto eu acho que as linhas de conduta do Brasil deveriam passar pelo Congresso Nacional, o que já produz uma boa representatividade.

Além disto, o Brasil deveria se abrir mais comercialmente, porque, por exemplo, ele não se utiliza dos créditos que tem com os países socialistas?

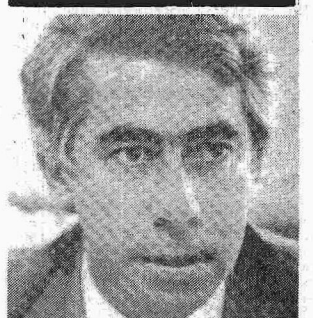
Hélio Doyle (PDT) — A condução da política externa brasileira, as decisões e formulações estão atualmente autoritariamente nas mãos do Poder Executivo. O Congresso atual tem uma participação muito pequena e às vezes quase que decorativa na formulação desta política, rigor todos os tratados e acordos têm de passar pelo Congresso



Nacional mas isto nem sempre acontece a exemplo os acordos da dívida externa, o estabelecimento ou rompimento de relações com determinado país. Tudo isto passa ao largo do Congresso Nacional e estas questões são entregues exclusivamente ao Presidente da República.

Sou partidário de um fortalecimento do Congresso mantendo as atribuições do Ministério das Relações Exteriores. Não quero diminuir o Poder Executivo mas o que devemos fazer é aumentar os poderes do Congresso. Eu acho que ele deve ter um controle efetivo na formulação e na execução da política externa e este controle se exerce por meio de uma fiscalização permanente do Executivo.

Acho que o acordo da dívida deveria ser submetido ao Congresso pelo menos aqueles que ainda serão realizados. Deveríamos no caso suspender o pagamento da dívida para que o Congresso fosse ouvido sobre todos os contratos a serem feitos.



Sigmaringa Seixas (PMDB) — Todas as questões que dizem respeito à soberania nacional devem passar pelo Congresso. Por exemplo: Reserva de mercado, acordo nuclear e todos os acordos de colaboração militar. Pois é no Congresso que estão os representantes do povo. A dívida já contraída é um fato consumado mas as que venham a ser contraídas devem ser tratadas pelo Congresso. A Constituinte deve tratar disto. Até a dívida a ser paga deve obedecer critérios que não sacrifique o povo brasileiro.